

Palavra viva: um esboço sobre o problema da expressão vocabular na obra de Sérgio Buarque de Holanda

Henrique Pinheiro Costa Gaio¹

“A expressão viva é o que diz a existência viva”

(Paul Ricoeur)

O presente trabalho figura como simples esboço de uma pesquisa sobre a influência da crítica literária de Sérgio Buarque de Holanda em sua escrita histórica. Com tal preâmbulo espero esclarecer os limites do texto e o caráter ensaístico das reflexões aqui propostas.

A análise equilibrada de conjuntura e autoria empreendida pelo jovem crítico literário talvez tenha legado uma interessante imagem sobre o ofício do historiador. Sua militância modernista e a erudição adquirida no contato com a atividade crítica podem ser percebidas como pedra angular de sua produção intelectual e experiência indelével para a compreensão da peculiar utilização de um aparato imagético na tessitura de sua escrita histórica. A preocupação vocabular e a imaginação, problemas tantas vezes escamoteados ou relegados a uma dimensão retórica que seria nociva ao almejado status da cientificidade, ganham destaque na escrita buarqueana da fase madura – momento aonde o crítico vai gradativamente cedendo espaço para o historiador de caráter monográfico.

A permanência de temas e as nuances argumentativas averiguadas ao longo da produção intelectual de Sérgio Buarque nos remete a metáfora do palimpsesto, ou seja, para o duplo movimento da escrita da história: primeiramente uma referência, em alguns casos deferência, a uma tradição impossível de ser ignorada e, em segundo lugar, a possibilidade de re-escrever, sem maiores máculas ao suporte, aquilo que foi dito

¹ Doutorando em História Social da Cultura pela PUC-Rio.

anteriormente. Trata-se de ressaltar a capacidade de rascunhar e tatear o cerne da questão, feito cegos resignados pelas limitações de sua condição. Reverberando as palavras de Sandra Jatahy Pesavento, em um estudo no qual propõe uma cartografia intelectual buarqueana, “falar de inspiração intelectual, no plano dos conceitos que se traduzem em um *fazer história* é admitir a criação narrativa em meio a uma tessitura constante de leituras, admitindo que a escrita é sempre um palimpsesto onde se superpõem idéias, noções, estratégias, conteúdos, que possibilitam novas abordagens”.² Por conseguinte, um texto dá a ver outro subjacente ou remete a um terceiro, composto em teia de relações pela atividade da leitura e da própria escrita da história. A superposição de vozes transforma-se no próprio ofício do historiador, posto que o pensamento histórico deva ater-se ao movediço da experiência humana, residindo nesta capacidade à legitimidade do discurso histórico. Arma-se aqui uma interseção entre história e literatura que nos possibilita perceber certa continuidade entre a produção do crítico e do historiador Sérgio Buarque de Holanda.

A incorporação do movediço à reflexão histórica parece, dessa maneira, negar o tácito pacto faustiano denunciado por literatos através do arquétipo do cientista romanesco, este que ora representa o fetiche do método, ora a sensibilidade reprimida do historiador³. Se tal pacto nos trouxe o tão almejado *status* científico, nos encerrou numa masmorra epistemológica por demais diminuta. Contudo, não se trata de negar os benefícios advindos da escolha pela disciplina da História de um paradigma científico, pela constituição de um método crítico, mas sim ponderar os limites impostos por tal escolha. Questionar a própria capacidade do indivíduo de, destituído de seus *aprioris*, conhecer a realidade; reconhecer os limites da razão quando exposta à multiplicidade da experiência humana coletiva e individual. Por isso mesmo, faz-se epigráfica a frase de Mefistófeles dita a Fausto diante do descontentamento deste com o pacto firmado:

² PESAVENTO, Sandra Jatahy (organizadora). **Um historiador nas fronteiras**: o Brasil de Sérgio Buarque de Holanda. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005. p. 19.

³ WHITE, Hayden. **Trópicos do Discurso**: Ensaios sobre a Crítica da Cultura. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.p. 43. Para uma possível leitura da modernidade, representado por Fausto de Goethe, ver: BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1986. Para uma aproximação da reflexão de Goethe com os dilemas historiográficos do século XX, inclusive com a obra de Sérgio Buarque de Holanda, ver: NICODEMO, Thiago Lima. **Urdidura do Vivido**: *Visão do Paraíso* e a Obra de Sérgio Buarque de Holanda nos Anos 1950. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

“Queres voar, sendo sujeito a vertigens? Procuramos-te nós a ti, ou tu a nós?”⁴ – esta frase soa tão pesada quanto o fardo nietzschiano, pois, vista nestes termos, a história figura como um estorvo para o desenvolvimento da reflexão livre e individual.⁵ É preciso retirar as aspas do eu, ou ironicamente transformá-la em obrigatoriedade para abertura e desfecho da narrativa histórica, isto é, assumir o papel de um indivíduo fraturado nesta escrita e o uso da imaginação como recurso indispensável para formulação de uma síntese do conhecimento sobre o passado.

Se em grande medida, superava-se uma concepção histórica oitocentista, era inegável a sobrevida de um legado cientificista na historiografia contemporânea à Sérgio Buarque, manifestando-se seja através de uma rígida metodologia, seja por meio de um léxico supostamente preciso. Nesse ponto, reside uma das principais singularidades da obra de Sérgio Buarque de Holanda e de sua crítica a uma certa perspectiva histórica, posto que é inegável sua preocupação com a re-significação constante das palavras e com o uso da imaginação na construção de escrita do passado.

Se a preocupação vocabular remete-nos a problemas corriqueiros de poetas e literatos, no sentido mais estrito do termo, parece ter sido extirpada das preocupações dignas do historiador, pois a obsessão por transparência e objetividade tratou de afastar o historiador de tal inquietação. Valendo-me das palavras de Luiz Costa Lima, “a lucidez do historiador dependeria da docilidade de sua linguagem, no não se arrogar a ser senão um mero meio material que devolveria aos fatos a voz que de direito lhes pertence”.⁶ Dessa forma, mesmo que seja ocioso repetir, sendo espaço e tempo definidores de significação possível, mostra-se pouco adequado acreditar em suposta precisão e transparência, ou mesmo, numa função instrumentalista da linguagem para o ofício do historiador.

No artigo *Sobre uma doença infantil da historiografia* de 1973, um dos raros momentos que escreve diretamente sobre a metodologia da história, nosso crítico faz

⁴ GOETHE. **Fausto**. São Paulo: Martin Claret, 2003.

⁵ A alusão à reflexão nietzschiana se refere aos malefícios do excesso de história para a vida, o que provocaria uma atrofia do indivíduo e, por conseguinte, do gênio. NIETZSCHE, Friedrich. II Consideração Intempestiva sobre a utilidade e os inconvenientes da História para a vida. In: NIETZSCHE, Friedrich. **Escritos sobre história**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2005.

⁶ LIMA, Luiz Costa. **A Aguarrás do tempo**: Estudos sobre a Narrativa. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1989. Pg. 25.

uma importante análise sobre o valor da linguagem na escrita histórica, demonstrando avanços e recuos metodológicos referentes à preocupação vocabular. Esse artigo ganha centralidade para compreender algumas opções feitas pelo historiador, pois a literatura se manteve como uma brecha possível para o estudo do passado. Vejamos o que diz Sérgio Buarque sobre o ingênuo cuidado com as palavras na historiografia:

(...) à velha superstição do fato puro substituiu-se a nova superstição do vocábulo puro, ou seja, perfeitamente unívoco, petrificado, e válido para todo o sempre. Resultado: em vez daquelas coleções de fatos e datas rigorosamente obtidos por métodos críticos conduzidos até a última perfeição, estaríamos para assistir ao surto de uma desintéria torrencial de palavras expurgadas e palavras-chave, próprias para balizar o fluxo dos acontecimentos.⁷

No artigo supracitado, Sérgio Buarque se contrapõe à idéia de um vocábulo preciso, da palavra como superfície lisa, pois nessa busca pelo rigor científico, periga encontrarmos repouso na “rigidez cadavérica”. Demonstra, assim, sua crítica ao ideal impossível de transparência lingüística transposta das ciências mais exatas, sendo que mesmo estas talvez não possam vangloriar-se de tal feito, visto que “palavras como *matéria* e *átomo*, segundo Rutherford, ou *matéria* e *átomo*, segundo Einstein, não são a mesma coisa que antes eram: a boa inteligência desses vocábulos é sempre em função de uma teoria em mudança constante”.⁸ A polifonia vocabular ganha uma dimensão epistemológica em sua obra, flertando por vezes com a filologia e a literatura, acreditando sempre que a história figura como campo privilegiado para reflexão, onde todos os ramos do conhecimento possam confluir sem necessário prejuízo a um ou outro, posto que inseridos numa determinada temporalidade e na inexorabilidade do devir.

Esse entre-lugar intelectual ocupado por Sérgio Buarque, essa zona tensa característica da idéia de fronteira, para além da concepção geográfica, acaba por imputar um certo prazer à leitura de sua obra, invariavelmente digna de louvações,

⁷ HOLANDA, Sérgio Buarque. Sobre uma doença infantil da historiografia. In: COSTA, Marcos (org) **Para uma nova história**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2004. Publicado originalmente em: O Estado de São Paulo, 1973. p. 115.

⁸ Idem. p. 117.

justamente pelo seu viés, dito, literário. No entanto, o encanto e a riqueza literária, provocada pelo folhear da obra histórica de Sérgio Buarque, em nada se coadunam com a simples sensação de prazer ou desprazer. A erudição mostra-se como estratégia para fortalecer e clarificar os argumentos mobilizados em sua análise.

Dessa maneira, a erudição torna-se relevante como forma de engendrar o conhecimento do passado, pois se encontra a serviço da síntese histórica, manifesta-se somente enquanto estrutura indispensável para o aprofundamento do argumento, ou seja, como estratégia e composição de um certo enredo e de personagens verossímeis. De tal modo, sua riqueza narrativa assenta raízes numa tentativa de reconstrução mais viva e vigorosa do cotidiano no qual se detém; enfatiza invariavelmente as sensações mais chãs de seus atores. Valendo-me da preciosa obra de Erich Auerbach, *Mimesis*, talvez não seja equivocado dizer que Sérgio Buarque privilegiou antes o humilde que o sublime no esforço de reconstrução da realidade, o que se acomoda numa perspectiva tanto rica quanto movediça da história.⁹

Ouçamos Sérgio Buarque, ainda no artigo de 1973, a respeito da utilização de uma linguagem contida e supostamente livre dos caprichos retóricos do historiador:

“A idéia de que esse ofício só ganha cunho verdadeiramente científico se fizer uso de uma terminologia simplificadora e um tanto sestrosa, não passa de má caricatura de outra idéia, esta legítima, a saber, que o zelo pela linguagem e, se quiserem, até recursos estilístico adequados, são instrumentos que o historiador que se preze não deve jogar no lixo.”¹⁰

Apresentada inicialmente no concurso para cátedra de História da Civilização da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, em novembro de 1958, *Visão do*

⁹ Para tal afirmação apóio-me, sobretudo, nas monografias históricas de Sérgio Buarque *Caminhos e Fronteiras e Monções*, referentes aos empreendimentos de bandeirantes e monçoeiros. Nesse trabalho de reconstituição das motivações que levaram a interiorização da colônia, Sérgio, esquivando-se da figura heróica do Bandeirante e dando prosseguimento ao trabalho de Alcântara Machado, descreve o que de ordinário e chão desenvolve-se no dia-a-dia de tais desbravadores, distanciando-se em tudo de uma historiografia de grandes traços. Sobre tal questão ver GOLDMAN, Elisa. **O humilde e o sublime**: a representação do bandeirante na historiografia paulista. Rio de Janeiro: Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica. Dissertação: Mestrado. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 1997.

¹⁰ HOLANDA, Sérgio Buarque. Sobre uma doença infantil da historiografia. In: COSTA, Marcos (org) **Para uma nova história**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2004. Publicado originalmente em: O Estado de São Paulo, 1973. p. 126.

Paraíso – grande baluarte da fusão entre labor literário e pesquisa erudita, por isso mesmo relevante para o desenvolvimento do argumento aqui apresentado - é exposto a uma comissão julgadora. Durante a arguição Afonso Arinos profere alguns apontamentos relevantes para reproduzir aqui o desconforto acadêmico provocado pela obra e o distanciamento de determinados cânones da década de 1950.¹¹ Vejamos seus apontamentos:

“A tese não seria propriamente uma tese na expressão da palavra, pela extrema fluidez, imprecisão e limitação do assunto de difícil concatenação e fugidio aos objetivos específicos de tese universitária (...) O inesquecível sabor literário que imprimia ao trabalho o cunho de uma grande obra de literatura (...) O fato do candidato não ter conseguido demonstrar satisfatoriamente – o que aliás era difícil de ser demonstrado – a questão da Espanha propensa ao mito, mítica, portanto, e Portugal, país lanígero e herbívoro, mais realista, antimítico, ou seja, a Espanha, Quixote e Portugal, Sancho Pança (...) Não convenceu, entretanto, pois permanece no autor a necessidade de definir o que é indefinível, que é a atenuação de uma influência, ou melhor, a idéia de que os portugueses atenuaram o mito. Isto porque um dos principais objetivos da tese era dar cristalização ao que era de difícil fixação pedagógica (...).”¹²

Mesmo reconhecendo a ambigüidade dos apontamentos de Afonso Arinos, já que sublinha a dificuldade de apreensão do tema, ainda sim, sua análise torna patente o desconforto provocado pela tese. Não parece exagero dizer que tal comentário reproduz uma preocupação normativa da disciplina histórica e acentua a inadequação de *Visão do Paraíso* a produção historiográfica brasileira da década de 1950. De tal modo, a história não deveria abarcar a *imprecisão, fluidez*, ou mesmo, temas de *difícil fixação pedagógica* - palavras que, de acordo com uma certa perspectiva, foram expurgadas da reflexão histórica¹³. Uma obra tão imprecisa como *Visão do Paraíso* – no melhor

¹¹ Para compreender a gestação de *Visão do Paraíso*, assim como sua recepção imediata como tese, ver: NICODEMO, Thiago Lima. **Urdidura do Vivido: Visão do Paraíso** e a Obra de Sérgio Buarque de Holanda nos Anos 1950. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

¹² Noticiário. Revista de História da USP. N°. 495. Apud, SILVA, Roberta Maria Lobo da. **Da Imaginação Histórica** – A escrita da História em *Visão do Paraíso*. Dissertação: Mestrado (História do Brasil). Rio de Janeiro: UFRJ/PPGHIS, 1999.

¹³ SILVA, Roberta Maria Lobo da. **Da Imaginação Histórica** – A escrita da História em *Visão do Paraíso*. Dissertação: Mestrado (História do Brasil). Rio de Janeiro: UFRJ/PPGHIS, 1999.

sentido de que a palavra possa se revestir – prejudicou sua assimilação pelos cânones acadêmicos. Sua pesquisa de fôlego e reconhecida erudição, não lhe rendeu lugar muito honroso na Academia, pelo menos num primeiro momento, quiçá pelo seu frescor literário, por seu peculiar arranjo argumentativo e por sua temática por assim dizer movediça.¹⁴ Trata-se de chamar a atenção, para a singular forma de construção da narrativa histórica buarqueana, valorizando, em proporções semelhantes, imaginação e escrita: a palavra dando a ver o passado e intermediada pela faculdade imagética do indivíduo.

Sobre a preocupação vocabular e suas implicações no fazer histórico de Sérgio Buarque, vejamos as palavras de Pedro Meira Monteiro em Seminário realizado na UNICAMP, sob o título de *Sérgio Buarque de Holanda e as palavras*:

“A crença absoluta nos vocábulos seria então uma espécie de entrega ao conteúdo inequívoco e inquestionável do sentido único. O medo da imprecisão vocabular terminaria por esterilizar o pensamento e a imaginação. A linguagem científica pode ser uma prisão, se houver a crença incondicional no rótulo do “científico”. Se o historiador acredita unicamente naquilo que o estatuto científico permite, ele talvez se tranque num universo semântico completamente limitado, porque definitivamente estabelecido”.¹⁵

Parece claro que para Sérgio Buarque de Holanda a forma é constituinte do conteúdo, ou mesmo, o problema do dizer e a forma como se é dito equivalem-se em valor. Mesmo reconhecendo o louvável esforço pela objetividade e cientificidade no ofício do historiador, mostrava-se ciente do quão circunstancial e movediça era reflexão histórica. Contudo, vale ressaltar que não se trata de relegar ou restringir o problema do conhecimento histórico a uma questão lingüística, porém ressaltar que a dimensão literária e individual desse conhecimento deve ser assumida, ou seja, um tipo de escrita que dá a ver um conjunto coerente de tempos pretéritos.

¹⁴Vale ressaltar que, segundo o trabalho de Tiago Nicodemo, *Visão do Paraíso* havia sido escrito como introdução a um estudo sobre o Barroco brasileiro. NICODEMO, Thiago Lima. **Urdidura do Vivido: Visão do Paraíso e a Obra de Sérgio Buarque de Holanda nos Anos 1950**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008. Pg. 47-84.

¹⁵ MONTEIRO, Pedro Meira. **Sérgio Buarque e as palavras**. Seminário “Arquivo e Pesquisa – Caminhos sem fronteiras: o arquivo de Sérgio Buarque de Holanda”. Campinas, Siarq/UNICAMP, 7 de maio de 1997.

Valendo-me das próprias palavras do crítico, ainda no artigo referido acima, como que para evitar equívocos, ressalta o autor que “o bem escrever, no caso, não deve ter um fim em si e não visa apenas à deleitação estética: a história não é gênero literário. Contribui, entretanto, para esposar e melhor transmitir a complexidade do real”.¹⁶ Aqui ganha relevo a função da representação: a representação é tão ou mais importante que o objeto histórico representado, tendo em vista a impossibilidade de tocar a coisa em si e conseqüentemente de reconstituição absoluta do passado. Segundo a definição de representação que aqui mais interessa, a forma privilegiada de representação assenta-se, sobretudo, na capacidade de reconstituição absoluta da cena empírica que a precede.¹⁷ Dessa forma, o que parece estar em jogo é justamente a equivalência entre a uma cena anterior e a resposta subjetiva que provoca, ou seja, a *representação-efeito*, que não se pretende tecnicamente capaz de reproduzir a cena primeira, esta que abarca as situações cotidianas e impossibilita uma ligação mecânica e direta entre representação e realidade.

O artifício da escolha vocabular, desligado de uma pretensão cientificista por uma escrita ascética e precisa; assim como a mobilização erudita de referências múltiplas que possam tornar o argumento mais vigoroso e o quadro do passado mais amplo e vívido, nos remetem a uma questão fulcral na escrita histórica de Sérgio Buarque, a saber: o uso da imaginação.

O historiador em seu esforço de fazer ver o não mais presente, ou seja, de representar uma realidade pretérita, necessita, sobretudo, da faculdade da imaginação, esta que, segundo o modelo kantiano, sintetiza a experiência fenomênica para que o entendimento opere com suas categorias.¹⁸ No entanto, a essência do pensamento histórico parece contradizer os fundamentos da teoria do conhecimento e sua relação entre sujeito e objeto. Pois, se o passado é algo não mais presente, e é este o tema primeiro do historiador, mesmo reconhecendo a dimensão contemporânea para a abordagem do já acontecido, temos a impossibilidade dessa relação fundadora da

¹⁶ HOLANDA, Sérgio Buarque. Sobre uma doença infantil da historiografia. In: COSTA, Marcos (org) **Para uma nova história**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2004. Publicado originalmente em: O Estado de São Paulo, 1973. p. 127

¹⁷ LIMA, Luiz Costa. **Mímesis: desafio ao pensamento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 98.

¹⁸ KANT, Immanuel. **Crítica da Razão Pura**. Os pensadores: Editora Nova Cultura Ltda., 2005. Sobre o papel da imaginação no âmbito da razão pura, ver: ARENDT, Hannah. **Lições sobre a filosofia política de Kant**. (org.) Ronald Beiner. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. p. 79-84.

cientificidade. A impossibilidade da relação empírica entre objeto e sujeito tem por corolário uma narrativa que re-duplica a representação primeira – certamente isso só se verifica a partir da descrença num passado palpável através de documentos, como se fossem fotografias objetivas e não perspectivas do passado. Senão, vejamos o que diz Collingwood, em *A idéia de História*, a respeito da imaginação histórica:

Que o historiador deve servir-se da imaginação, isso é um lugar-comum. Para citar o *Essay on History*, de Macaulay, “um historiador perfeito deve possuir uma imaginação suficientemente poderosa, para tornar emocionante e pitoresca a sua narrativa”; mas isso é subestimar o papel desempenhado pela imaginação histórica, que não é propriamente ornamental mas estrutural. Sem ela, o historiador não disporia de qualquer narrativa para adornar. A imaginação – essa “faculdade cega mas indispensável”, sem a qual (como Kant mostrou) não poderíamos perceber o mundo à nossa volta – é indispensável, da mesma maneira, para a história. É ela que, atuando não caprichosamente, como fantasia, mas sob a sua forma apriorística, executa todo o trabalho de construção histórica.¹⁹

Portanto, a *imaginação apriorística*, tal como definida por Kant, apresenta-se como condição precípua do conhecimento histórico - ainda que este também se mostre cego, visto a impossibilidade de apreender a coisa em si mesma. É a imaginação, e não outra faculdade do conhecimento, responsável pela formulação inicial do historiador, pelo esforço de resgate de tempos idos; é ela quem cria essa necessidade e essa possibilidade de voltar-se ao passado, sendo, então, forçosa sua utilização para o distanciamento da postura do antiquário ou mesmo de um profeta às avessas, como já houve quem o dissesse. Além de possibilitar o toque de autenticidade do historiador - faculdade específica do gênio que, segundo Kant, tende a distanciar-se da atividade científica, ou ao menos, de sua forma mais rígida -, permitindo formular perguntas distintas a um mesmo documento e imprimir o próprio indivíduo na tentativa de síntese. Lembremos que a contribuição kantiana para o pensamento moderno deriva, especialmente, da afirmação de que o conhecimento advém do homem e não do objeto, inversão que se contrapõe à metafísica dogmática, tal afirmação permite ao historiador

¹⁹ COLLINGWOOD. R. G.; **A idéia de História**. Lisboa: Editora Presença, 1986.

perspectivas outras, que não a mais aparente, ou seja, constitui um pensamento autônomo, autodeterminado e autojustificado. Segundo Collingwood, a revolução empreendida pelo pensamento kantiano na teoria da história resulta na “descoberta de que o historiador – longe de se fundamentar noutra fonte autorizada que não ele próprio, e a cujas declarações o seu pensamento teria de sujeitar-se – é a sua própria fonte autorizada, sendo autônomo o seu pensamento, dotado dum critério a que têm de sujeitar-se as chamadas fontes autorizadas, e pelo qual elas são criticadas.”²⁰

Assim, a imaginação complementa e consolida os dados da percepção, não significando necessariamente ficção ou não-realidade no fazer histórico, mas sim a necessidade de um mecanismo de criação que viabilize a síntese histórica. No entanto, mostra-se extremamente danoso para um certo discurso histórico, calcado antes na verdade que na verossimilhança, uma invasão de mecanismos subjetivos que dêem a ver sujeitos numa escrita que se pretende impessoal. No afã de distinguir-se da não-verdade, a história, através de um discurso da alteridade, afasta-se de tudo que possa contaminar sua produção, “em seu próprio processo, elabora um outro discurso: um resto, um erro, uma ficção”²¹. Dessa forma, o que de maneira precária está tentando costurar-se é a relação próxima entre o controle do imaginário e a formação de um léxico capaz de imputar cientificidade e objetividade à escrita histórica, qualquer manifestação desviante do indivíduo é tolhida e transforma-se em antípoda a legitimidade da disciplina histórica.

Nesse sentido, a escrita de Sérgio Buarque de Holanda mostra-se como uma rebelião a tais padrões, pois ao longo de seus artigos de crítica e também de seus textos históricos da fase madura, sempre demonstrou contrariedade e sedição diante de tais padrões. Sua reflexão, por conta de uma profícua fusão entre erudição e imaginação, figurou como produto de difícil classificação, visto que a profundidade e alcance de sua produção pareciam contrárias às imposições acadêmicas e repartições do conhecimento. A imaginação – que se impõe na própria definição e pesquisa erudita de documentos – mostra ser necessário um olhar que extrapole a materialidade do passado, ou seja, é

²⁰ Idem.

²¹ HARTOG, François. **O Espelho de Heródoto**: ensaio sobre a representação do outro. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999. p. 316. Ver também: LIMA, Luiz Costa. **A Aguarrás do Tempo**. Estudo sobre a Narrativa. Rio de Janeiro, Rocco, 1989; e do mesmo autor: **História. Ficção. Literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

preciso um alargamento de perspectiva para tornar possível sua inteligibilidade fora do ambiente em que foi produzido e para além de um simples manuscrito.

Sobre a relevância da imaginação para as formas de conhecimento humano, diz-nos Kant, em sua Terceira Crítica, que “a uma representação pela qual um objeto é dado, para que disso resulte conhecimento, pertencem a faculdade de imaginação, para a composição do múltiplo da intuição, e o entendimento, para a unidade do conceito, que unifica as representações.”²²

A imaginação, dessa forma, ocupa papel central no aparato cognitivo do homem, pois é justamente através dela que o múltiplo caótico ganha unidade e coerência, ou seja, a imaginação mostra-se responsável pela possibilidade de apreensão da hipótese histórica pelas categorias do entendimento. Dessa maneira, o entendimento evoca a imaginação e aplica suas categorias formais, o que demonstra que a imaginação é também influenciada pela legislação das regras do entendimento, ou seja, está sujeita a limites não sendo necessariamente uma manifestação arbitrária do sujeito. A equação que permite transformar a experiência verificada em conceito, que é capaz de ordenar o fenomenológico é intermediada pela faculdade da imaginação. É exatamente este papel da imaginação dentro do aparato cognitivo do homem que cabe ressaltar.

Desse modo, mostra-se necessário sublinhar, mesmo que em linhas brutas, os diferentes papéis ocupados pela imaginação na Primeira e na Terceira crítica kantiana: no âmbito da razão pura a imaginação é responsável pela síntese reprodutiva do entendimento; já no juízo de reflexão a imaginação ocupa um papel de produção, de apresentação, ou seja, livra-se da subordinação ao entendimento.²³ Na experiência estética, propriamente dita, a imaginação não mais visa à ligação entre o fenomênico e sua posterior subordinação às categorias do entendimento, mas sim extrapola as possibilidades desse conhecimento, daí a infantil e sestrosa, quando condição de sentido, aproximação entre arte e realidade.

Neste momento é importante diferenciar a imaginação histórica, relevante para a reflexão aqui esboçada da obra buarqueana, da imaginação estética, que diz respeito mais especificamente a criação artística. A imaginação histórica torna presente o

²² KANT, Immanuel. **Crítica da Faculdade do juízo**. 2. ed. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

²³ LIMA, Luiz Costa. **Mímesis: desafio ao pensamento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 112.

ausente e re-constrói de maneira mais profunda a vida dos atores do passado, enquanto que a imaginação estética diz respeito, em sentido estrito, ao processo de criação e percepção da obra de arte enquanto tal. Para evitarmos um debate monumental sobre a trajetória da imaginação no âmbito das teorias estéticas, voltemos ao nosso autor. Quanto à utilização da imaginação na historiografia, diz-nos Sérgio Buarque de Holanda em artigo publicado em 1950:

“Quanto à historiografia, não há dúvida que a demissão da inteligência, e direi também da **imaginação** [grifo meu] – imaginação que escolhe, que simplifica, se necessário, e que recria – associada a uma exaltação do fato puro e mensurável, pode significar em certos casos um retrocesso. Bem sabemos que os fatos nunca falam por si, que o verdadeiro historiador não é apenas o que conseguiu acumulá-los no maior número possível, mas o que soube formular-lhes as perguntas realmente decisivas dando-lhes ao mesmo tempo voz articulada e coerência plausível.”²⁴

Sérgio Buarque coloca a imaginação como irrefutável para o ofício do historiador, já que os fatos aproveitam-se das vozes dos historiadores que lhe prestam testemunho. Do contrário, esses fatos permaneceriam reclusos no silêncio imposto pelo tempo. Propõe uma relação um tanto quanto mais proveitosa entre historiador e documento, intermediada pelo uso da imaginação histórica, além de apontar para irreduzibilidade do sensível ao conceito – conclusão possibilitada também pela faculdade da imaginação que atua como articuladora entre as diferentes esferas. Para Sérgio Buarque, a tentativa de definir a experiência movediça do devir humano em conceitos é esforço alheio ao historiador, o vivido é incompatível com modelos e explicações definidoras e determinantes. Assim, distanciando-se do argumento que sustenta uma narrativa com fins ornamentais, a escrita figura não como simples adorno, mas como instrumento rico para o historiador ultrapassar superfícies lisas, sobrepujar aparências imediatas ou mesmo construir pontes que alarguem a margem de compreensão da realidade. Não se trata de uma ode ao beletismo, mas sim de lançar mão do mais profícuo instrumento do historiador, a linguagem, com o devido esmero,

²⁴ HOLANDA, Sérgio Buarque. **Para uma nova história**. In: COSTA, Marcos (org) **Para uma nova história**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2004. Publicado originalmente em: Folha da Manhã, 1950. p.130.

pois somente através da linguagem mediada por um esforço imagético que é possível propor metáfora, metonímias, comparações, todo e qualquer tipo de conhecimento mais extenso da realidade sem subsumir o particular no geral, forjando modelos em tudo destoantes da experiência particular da vida.²⁵ Somente assim, haveria a possibilidade de compreender a dimensão da dificuldade de representação do real que se encontra encerrado em um tempo não mais perceptível. O esforço lingüístico de reconstituição confunde-se com a própria possibilidade de resgate do passado, configuram um único esforço. Segundo François Hartog: “o real deve ser visto antes como postulado, que como resultado da análise”.²⁶ Tal afirmação, condiz em grande parte com a concepção histórica de Sérgio Buarque, tendo em vista que sua peculiar estilística parece ater-se à complexidade estimulante da experiência humana e suas possíveis manifestações. Literatura e história possuem importantes intercessões para serem exploradas. Nesse sentido, a passagem do crítico para o historiador ganha relevo. A constante presença da história na análise literária e da literatura, mesmo que indiretamente, na escrita histórica de Sérgio Buarque figuram como sintoma dessa percepção mais ampla das possibilidades e limites do conhecimento.

Para concluir o esboço proposto, vale ressaltar, uma vez mais, o caráter sintético e dispersivo do texto. Apontam-se caminhos que precisam ser trilhados posteriormente de maneira mais analítica. Dessa forma, os apontamentos aqui apresentados demarcam esse esforço inicial de construção de um debate teórico e metodológico sobre a escrita histórica de Sérgio Buarque, apontando para uma possível intercessão entre o crítico literário e o historiador na medida em que se debruçam sobre as experiências humanas.

Bibliografia:

- AUERBACH, Erich. **Mímesis**: a representação da realidade na literatura ocidental. 5ª Ed. São Paulo: Perspectiva, 2004.
- COLLINGWOOD, R.G. **A Idéia de História**. Lisboa: Editora Presença, 1986.
- COSTA, Marcos (org) **Para uma nova história**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2004.

²⁵ Sobre a importância do uso da figura de linguagem para o ofício do historiador, não só como recurso estilístico, mas também como forma de reconstrução do passado, ver: WHITE, Hayden. **Trópicos do Discurso**: Ensaio sobre a Crítica da Cultura. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

²⁶ HARTOG, François. **O Espelho de Heródoto**: ensaio sobre a representação do outro. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999. p. 376.

- GOETHE. **Fausto**. São Paulo: Martin Claret, 2003.
- GOLDMAN, Elisa. **O humilde e o sublime**: a representação do bandeirante na historiografia paulista. Rio de Janeiro: Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica. Dissertação: Mestrado. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 1997.
- HARTOG, François. **O Espelho de Heródoto**: ensaio sobre a representação do outro. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. Sobre uma doença infantil da historiografia. In: COSTA, Marcos (org) **Para uma nova história**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2004. Publicado originalmente em: O Estado de São Paulo, 1973. p. 115.
- KANT, Immanuel. **Crítica da Razão Pura**. Editora Nova Cultura Ltda, 2005.
- _____ **Crítica da Faculdade do juízo**. 2. ed. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.
- LIMA, Luiz Costa. **A Aguarrás do Tempo**. Estudo sobre a Narrativa. Rio de Janeiro, Rocco, 1989.
- _____ **Mimesis**: desafio ao pensamento. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- _____ **História. Ficção. Literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- MONTEIRO, Pedro Meira. **Sérgio Buarque e as palavras**. Seminário “Arquivo e Pesquisa – Caminhos sem fronteiras: o arquivo de Sérgio Buarque de Holanda”. Campinas, Siarq/UNICAMP, 7 de maio de 1997.
- NICODEMO, Thiago Lima. **Urdidura do Vivido**: Visão do Paraíso e a Obra de Sérgio Buarque de Holanda nos Anos 1950. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy (organizadora). **Um historiador nas fronteiras**: o Brasil de Sérgio Buarque de Holanda. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.
- SILVA, Roberta Maria Lobo da. **Da Imaginação Histórica** – A escrita da História em Visão do Paraíso. Dissertação: Mestrado (História do Brasil). Rio de Janeiro: UFRJ/PPGHIS, 1999.
- WHITE, Hayden. **Trópicos do Discurso**: Ensaio sobre a Crítica da Cultura. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.